INFORME DA GREVE UFMG/87

Nº3

O REAL SIGNIFICADO DA ISONOMIA

Com a aprovação do projeto de isonomia pelo Congresso, em março, o governo resolveu o problema dele de desrespeito ao preceito constitucional da isonomia: "trabalho igual, salário igual". Do ponto de vista econômico, a isonomia concedida, considerando *apenas* a atual tabela das fundações à partir de 1º de abril, representa, aproximadamente um reajuste médio de 4,7% nos salários de professores titulares; 4,5% para os adjuntos; 16% para os assistentes; 36,1% para os auxiliares. Isto porque haverá disparo do gatilho salarial para as autarquias a partir da mesma data em que a isonomia entra em vigor, no caso da inflação de março ser superior a 8,19% (o que já está praticamente definido).

Uma *possibilidade* de ganhos seria a dos adicionais por tempo de serviço à base de 5% por quinquênio, existentes nas fundações. Por outro lado, fica retardada a data-base (referência para reajustes) para março ou abril, podendo representar prejuízo de 2 ou 3 meses nos futuros reajustes.

A isonomia como está, reduz o salário do professor adjunto 3 (final de carreira) aos mesmos níveis do salário do professor auxiliar 1 (início de carreira) em março de 1976. Por exemplo:

DATA	CATEGORIA	SALÁRIO(20 hs)	Nº DE SALÁRIOS MÍNIMOS
Março/76	Auxiliar 1	Cz$ 4.000,00	7,5
Março/87	Adjunto 3	Cz$10.167,00	7,4

Isto equivale, na prática, a uma *regressão funcional*.

Vale a pena observar que a reivindicação dos professores, contida na tabela da ANDES, visa apenas repor o poder de compra dos salários. Assim, por exemplo, o valor reivindicado para o professor auxiliar 1 (nível inicial de carreira), em regime de 20 horas, é de 6,94 salários mínimos, inferior portanto ao valor do mesmo salário em março de 1976.

Não há pois nenhum exagero nas nossas reivindicações, assim como não há recuperação do poder aquisitivo dos nossos salários apenas com a isonomia.



TODOS À LUTA!

Ao completar seu oitavo dia de paralisação, quando já atinge quase 100% das instituições de ensino federal do País, a greve dos docentes e a universidade começam a sofrer agora, mais diretamente, tentativas de desmoralização e esvaziamento por parte do MEC.

No entanto, essa ação retaliadora do governo (auditorias, ameaças, etc.) , é descaracterizada enquanto tal, sendo colocadas como pura formalidade. Ora, isso é retórica e deve ser visto como outra face da atitude do Ministério da Educação com relação ao movimento dos docentes.

Some-se a isso a estratégia de esvaziamento da greve, quando são deslocadas atenções para regulamentação da lei da Isonomia e para o Plano de Cargos e Salários, ao invés de se discutir a pauta de reivindicações. Para isso, tenta-se também utilizar o CRUB e tenta-se cooptar o movimento, chamando-o para fazer parte da decisão política, porém dentro das regras do jogo estabelecidas pelo MEC.

O governo, por sua vez, evita a negociação da pauta, o que representa a manifestação da sua posição com relação ao movimento. E, segundo a avaliação do Comando Nacional de Greve até agora, nenhuma proposta concreta foi colocada na mesa. Com relação ao Plano de Carreira, à tabela salarial e à aposentadoria integral, as propostas do MEC estão a nível de "protocolo de intenções".Com relação às verbas e contratações, as propostas do MEC são inaceitáveis.

Dentro do atual quadro não resta outra alternativa além de prosseguir com a greve, redobrando a mobilização. É necessário contra atacar esse esvaziamento pretendido pelo MEC:

A campanha pela Universidade Pública e Gratuita deve ser efetivamente colocada nas ruas, além de conseguir a adesão dos estudantes, professores de primeiro e segundo graus e outros setores organizados da sociedade. Afinal, com problemas específicos, a situação das universidades brasileiras está inserida dentro de um contexto maior, que atinge todos os segmentos sociais e que só a organização da sociedade civil como um todo poderá levar a soluções concretas.

SERVIDORES EM GREVE

Os servidores das Universidades comunicam a decisão de indicativo de greve a partir do dia 9 de abril. A FASUBRA (Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileira) está enviando documentos sobre Plano de Cargos e Salários, elaborado pela comissão ANDES/FASUBRA/CRUB para a discussão nas Assembléias Gerais dos servidores técnicos e administrativos. As principais reivindicações dos servidores são: a reposição salarial de 78,63% com base no menor salário de março das fundações e a elevação do piso salarial para três salários mínimos.